



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JAILSON DA CONCEIÇÃO SILVA

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA PROFESSORA MARIA
OLIVEIRA DE MENDONÇA NA VISÃO DOS PROFESSORES.**

Itaituba – PA

2019

JAILSON DA CONCEIÇÃO SILVA

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA PROFESSORA MARIA
OLIVEIRA DE MENDONÇA NA VISÃO DOS PROFESSORES.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título de Licenciado Pleno
em Pedagogia.

Orientador:

Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Itaituba – PA

2019

JAILSON DA CONCEIÇÃO SILVA

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA PROFESSORA MARIA
OLIVEIRA DE MENDONÇA NA VISÃO DOS PROFESSORES.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título de Licenciado Pleno
em Pedagogia.

Orientador:
Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____

Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof Esp. Lucia Maria da Costa Cruz

Avaliador: _____ Nota: _____

Profº Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 26 de janeiro de 2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois sem o mesmo nada disso teria acontecido, foi ele que me proporcionou força para lutar e supera cada desafio que aparecia durante os 4 anos de curso.

A minha família Maria José da Conceição Silva (mãe), José Nilton Rodrigues Silva (pai), Carlos da Conceição Silva, Adilson da Conceição Silva, Jadilson da Conceição Rodrigues (irmãos) e Raíza Macuyama Silva (cunhada) por ter me acompanhado, me incentivado e sempre me apoiando na jornada do meu Curso.

Ao meu orientador Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva, por ter me ajudado na produção do meu trabalho, proporcionando mais conhecimento sobre o tema, pela paciência, amizade, incentivo, apoio e instruções.

À Faculdade de Itaituba-FAI pela formação e suporte logístico.

A Deus por estar sempre presente na minha vida me orientando e me guiando pelo caminho correto, me livrando de todos os enfermos do mundo, a minha mãe Maria José da Conceição Silva por nunca me deixar trilhar um caminho errado, sempre me incentivando e me apoiando em todos os momento da minha vida, ao meu pai José Nilton Rodrigues Silva por ser este homem honesto e guerreiro que nunca deixou faltar nada para nossa família e por ser uma referência para mim, aos meus irmãos Carlos da Conceição Silva, Adilson da Conceição Silva, Jadilson da Conceição Rodrigues por nunca me abandonarem nos momentos mais difíceis da minha vida, por estarem sempre unidos a mim, a minha cunhada e amiga Raíza Macuyama Silva, ao meus tios e tias por me ajudarem no que lhe é cabível é aos meus amigos por fazerem parte dessa jornada.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar a trajetória histórica da Escola Professora Maria Oliveira de Mendonça de Itaituba Pará. A metodologia utilizada neste processo de estudo partiu de uma base teórica dos fundamentos da educação no Brasil, dessa forma esse estudo de origem descritiva, tem por finalidade registrar e entender a concepção da fundação da escola em análise e do contexto educacional no processo de ensino-aprendizagem oferecido pela mesma. Assim, no primeiro momento foi realizado um estudo bibliográfico, abordando as etapas do processo educacional que vem desde o Regime Militar até os dias atuais. Em seguida por meio de coleta de dados e através de questionários semiestruturados que contou com a participação de antigos professores e professores atuais da referida Instituição de Ensino. A pesquisa demonstrou que um dos fatores para a implantação da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça foi a necessidade de ensino educacional no bairro e também a preparação dos jovens para a vida social.

Palavras-Chave: Trajetória histórica. Ensino-aprendizagem. Implantação.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Quais os fatores que motivaram a implantação da Escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça?.....	39
QUADRO 02:	Quais as contribuições que a escola analisada tem oferecido para a comunidade ao longo de sua existência?.....	40
QUADRO 03:	Qual a concepção (objetivo) da escola em que atua para com a sociedade?.....	41
QUADRO 04:	Qual a visão dos professores sobre a Escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça?.....	42
QUADRO 05:	Em relação a Escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça, o que você considera positivo? E negativo?.....	42
QUADRO 06:	Existem projetos desenvolvidos pela escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça que beneficiam a comunidade (bairro)?	43
QUADRO 07:	Como está o IDEB da Escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça? Comente.....	44
QUADRO 08:	Qual a realidade atual de atendimento as demandas da comunidade da Escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça?...	45
QUADRO 09:	Qual a realidade atual da gestão da escola?.....	46
QUADRO 10:	Comente sobre a atual configuração de horário de funcionamento oferecido a comunidade (bairro) da Escola Prof. ^a Maria Oliveira de Mendonça.....	47

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX.....	11
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA REPÚBLICA.....	11
1.2 O SISTEMA DE ENSINO ESCOLAR A PARTIR DOS ANOS 90.....	14
1.3 AVANÇOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.....	17
1.4 O GESTOR NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.....	23
2 EDUCAÇÃO: BRASILEIRA, PARAENSE E ITAITUBENSE.....	25
2.1 PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	25
2.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	27
2.3 LEGISLAÇÕES REFERENTES À EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	30
2.4 EDUCAÇÃO PARAENSE E ITAITUBENSE.....	33
2.4.1 Educação Paraense.....	33
2.4.2 Educação Itaitubense.....	34
3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA PROFESSORA MARIA OLIVEIRA DE MENDONÇA NA VISÃO DOS PROFESSORES.....	37
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA EM ANÁLISE.....	37
3.2 METODOLOGIAS ADOTADAS NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO....	38
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.....	38
3.4 ANÁLISES DE DADOS COLETADOS.....	38
3.5 PROPOSTAS.....	48
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
APÊNDICE.....	52

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como finalidade analisar a trajetória histórica da Escola Profª Maria Oliveira de Mendonça de Itaituba Pará. É relevante observar que os dados foram coletados através de questionários direcionados aos professores que conhecem a realidade da instituição. Com tudo, possibilitando a forma de análise dos fatos e possivelmente concretizando os reais motivos da implantação da referida escola.

O ensino fundamental corresponde à primeira etapa da educação, e é concebida como uma política pública, propiciando o estudo num período de nove anos de duração no curso (1º ao 9º ano). Essa modalidade de ensino atende de forma integral, propondo uma educação significativa aos seus educandos, com qualidade nos conteúdos proporcionados e desenvolvidos pelos professores responsáveis. Além dos aspectos citados a cima, destaca-se também a importância da estrutura do ambiente onde está sendo desenvolvida a educação. Consequentemente existe um conjunto de situações que devem ser analisadas antes, para melhor entendermos o objetivo da pesquisa.

Considerando que a Escola Profª Maria Oliveira de Mendonça tem uma grande importância para a comunidade do bairro Jardim Aeroporto, torna-se importante analisar como se deu o processo de construção da mesma e qual a visão da comunidade em relação à instituição.

A presente pesquisa pretende expor os reflexos de uma vivência de transformações da escola, uma vez que, o processo de ensino aprendizagem sempre é um grande desafio para os profissionais. Devido todos esses fatos, observou-se que o desenvolvimento da cidade trouxe ao povo itaitubense muitas mudanças e principalmente o surgimento de novos bairros nas proximidades da escola. Os benefícios desses desenvolvimentos também trouxeram um pouco de preocupação tanto para os moradores quanto para a Gestão da instituição, pois indagou-se que com essa migração de pessoas, a necessidade de abranger novos alunos, seria também multiplicada.

A pesquisa teve como foco principal analisar a visão dos professores (atuais e os que já trabalharam na escola), afins de melhor compreender as contribuições da referida escola para a comunidade. E, ao observar o histórico da instituição foi

constatado que a mesma já passou por alguns processos de governamentais, sendo um deles a transferência da escola que era do Estado passando a ser do município. É importante lembrar também que a falta de estrutura foi um grande marco entre os problemas desse processo.

Desta forma, a fim de melhor encaminhar o estudo foram levantadas as seguintes questões: Quais os fatores que motivaram a implantação da Escola Profª Maria Oliveira de Mendonça? Quais as contribuições que a escola analisada tem oferecido para a comunidade ao longo de sua existência? Qual a visão dos primeiros e atuais alunos sobre a E. M. E. F. Profª Maria Oliveira de Mendonça?

Portanto, a presente monografia está constituída de três capítulos, sendo o primeiro e segundo baseado em autores que focalizam no contexto histórico da educação no Brasil, no Pará e em Itaituba, ou seja, baseados em fundamentos teóricos para melhorar o tema em discussão. A história e o ensino da escola em destaque é abordado no terceiro capítulo, que se realizou após análise dos dados coletados por meio de questionários aplicados aos docentes que tem ou já tiveram vínculo com a instituição. E por fim, apresentam-se as considerações finais referentes à pesquisa.

1 ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX.

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA REPÚBLICA.

A monografia discute questões importantes para a melhor compreensão a respeito da Educação, abordando pontos como definições e argumentos sobre o processo educacional. São muitos os questionamentos que se levanta sobre o fenômeno educativo, em busca de algumas respostas que nos ajudem a resolver problemas complexos da nossa atualidade. O estudo deriva-se do enfoque histórico e político para apresentar uma breve análise de como ocorre o processo ensino-aprendizagem. A pesquisa encontra-se fundamentada em alguns autores, afim de melhor entendermos a temática em discussão.

A dificuldade encontrada durante o regime militar ocasionou na criação do Governo Geral, o qual foi o primeiro representante da colônia, esse governo tinha a obrigação de apoiar as capitânias, afim de que a colonização tivesse um desenvolvimento normal. Dar-se então a partir daí o processo de educação no Brasil. (RIBEIRO 2010, p. 7-8).

Salienta-se que neste processo ocorreram várias mudanças no quadro educacional, observando a grande necessidade de mudar a realidade do ensino, houve múltiplas reações em proposito de melhorar a educação brasileira. É importante destacar que a educação é uma prática e uma necessidade de todos os seres humanos, pois desde os tempos ancestrais, as sociedades humanas já exerciam determinadas formas de educar. Contudo, ao buscar um conceito geral de educação, é necessário levar em consideração os seus determinantes sociais, dessa forma é capaz de estabelecer objetivos livremente e utilizar-se dos recursos de modo natural.

Mesmo que a escola já existisse no tempo imperial, a sua administração começou a se delinear no fim do século XIX, devido às diversas mudanças ocorridas. No período do imperialismo a educação no Brasil era limitada somente para os filhos de proprietário de terras e senhores de engenhos, mesmo assim ainda existiam restrições para mulheres e filhos primogênitos, aos quais seriam os responsáveis por administrar futuramente os negócios.

Durante o império, houve expansão do ensino superior, cresceu também o número de instituições religiosas trabalhando com o ensino secundário, preparando os filhos da elite para o ensino superior. Poucas escolas públicas foram construídas, e os liceus públicos, também, eram montados nas capitais ou grandes centros economicamente importantes, visavam atender a uma clientela específica com vista aos cursos superiores (PALMA FILHO 2004. p, 57).

Com a instauração da República em 1889 ocorreram mudanças mínimas na estrutura do ensino primário e secundário. O ensino Superior continuou recebendo os principais benefícios, por se tratar da formação da elite e lideranças do país. Durante todo o período da primeira República a dualidade prevaleceu nos sistemas e competências de matérias educacionais, mediante o qual de um lado o sistema federal que tinha como preocupação maior a formação das elites, por meio dos cursos secundários e superior, já os sistemas estaduais, embora tivessem autoridade para instituir escolas de todos os graus e modalidades, ficavam limitadas a organizar e manter a educação das classes populares, tratando do ensino primário e profissional.

Com a ruptura da educação acadêmica e aristocrática a situação educacional do país começou a tomar rumos diferentes. No campo das ideias houve o surgimento de movimentos culturais e pedagógicos no campo social as mudanças surgiram com o aumento da demanda escolar devido o acelerado processo de urbanização ocasionado pelo forte impacto da industrialização no país após a primeira guerra mundial e revolução de 1930.

A educação como direito de todos, a escola primária obrigatória, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos ao nível primário e, aos níveis ulteriores, para quantos provassem faltas ou insuficiência de meios (PILETTI , PILETTI 2013. p, 48).

A primeira iniciativa da revolução de 1930, no campo educacional, foi a criação do Ministério da Educação e das secretarias de Educação dos Estados. A criação das secretarias de Educação dos Estados, em lugar das antigas Diretorias-Gerais de Instrução Pública, representou uma importante mudança conceitual, qual seja, a substituição de instrução, por conceito restrito e limitado a transmissão de conhecimentos e ordens, por educação.

Depois de muitas tentativas de alterações, o ministro da educação Ricardo Capanema, promoveu algumas mudanças em 1942 por meio das Leis Orgânicas de Capanema, organizaram o ensino técnico profissional, o ensino Industrial básico

passou a ter duração de 4 anos, podendo ser estendido mediante curso de maestria por mais dois anos, os cursos técnicos passaram a ser concebidos em períodos de 3 ou 4 anos e o curso pedagógico para formação dos professores passou a ser de um ano de estudos em nível de 2 ciclo.

Algumas mudanças ocorreram com a proclamação da república, em 1901 ocorreu a Reforma Epitácio pessoa mudando o ensino secundário para seis anos, logo em seguida em 1911 foi aprovada a lei Orgânica Rivadavia Corrêa, tirando o caráter oficial de ensino instituindo novamente o ingresso ao curso superior mediante exame de admissão, já em 1915 foi criado o exame de vestibular para cursos superiores e obrigatoriedade da conclusão do curso secundário para ingresso no ensino superior, por volta de 1925 foi criada a Lei Rocha Vaz afirmando o elitismo na educação, mantendo o controle ideológico sob o Estado, ditando os afazeres de professores e alunos, criando como disciplina obrigatória, Moral e Cívica (PALMA FILHO, 2004).

No decorrer dos anos, o ensino primário foi regulamentado pelo Decreto-lei 8529/46, sendo dividido em primário elementar com 4 anos de estudos e o complementar com mais um ano, destinados às crianças dos 7 aos 12 anos. E só depois da constituição de 1946, que ocorreram várias mudanças, dentre elas podemos destaca a redemocratização da educação.

O ensino médio passou a incluir a indústria, comercial e agrícolas antes marginalizados, estabelecendo fins da educação com base nos princípios de liberdade e solidariedade no qual estruturava a educação em Pré-primário, Ensino Primário, Ensino Secundário e Superior. Em 1962 foi instituído o 1º Plano Nacional de Educação, que estabelecia novos rumos e modelos para o curriculum em si. Desse modo, houve a necessidade de transformação e ampliação no modelo de ensino em relação a educação tradicional, proporcionando ao educando o direito de contribuir para uma educação transformadora. Dessa forma, o modo de ensinar é ter um receituário pronto como base, mas atentando-se para a realidade dos envolvidos no processo.

O currículo pleno era composto de 3 partes: uma nacional: Português, História, Geografia, Matemática, Ciências, e Educação Física; uma regional fixada pelos conselhos de educação estaduais e outro do próprio estabelecimento de cuja relação era elaborada, pelos conselhos escolhida pelas escolas (JPALMA FILHO, 2004).

Em meio a tantas modificações, os militares fizeram novas alterações no sistema de ensino, dividindo ensino em 1º e 2º graus. Baseado na Lei 5692/71,

houve a junção das quatro séries do ensino primário ao ginásial constituindo o 1º grau com 8 anos de duração, porém na prática ainda existia a segregação entre primário e ginásial quanto de aluno como de professores. Já no segundo grau, embasado na Lei 5692/71 estabeleceu a obrigatoriedade da formação profissional, porém a infraestrutura das escolas públicas era insuficiente para profissionalizar os estudantes, as escolas particulares logravam a Lei e faziam constar nos seus currículos e programas a base profissional exigida, no entanto, trabalhavam conteúdos que atendessem exigência de grandes vestibulares.

Depois de anos de constantes lutas de educadores e da sociedade para a transformação do ensino educacional para busca a igualdade em direitos e deveres entre estudantes e professores, pois educar, é fato natural indispensável do viver humano ocorrendo diretamente ou não. Dessa forma os procedimentos de da aprendizagem tornam longo, até o ponto em que o indivíduo sinta-se capaz de levantar seu ponto de vista, ou seja, suas próprias críticas.

[...] ocorre a promulgação da constituição de 1988 constando no artigo 205 a afirmativa em que expressa que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família" ocorre o processo da democratização da educação e permanência na escola, ampliando-se o período escolar e a melhoria do ensino, diante de tais acontecimentos a educação no Brasil constitui a luta histórica dos educadores brasileiros (PILETTI e PILETTI, 2013).

Assim como outros direitos e deveres, na educação não é diferente, apoiado em leis, a Educação é livremente direito de todos os cidadãos e deve estar abertas as possíveis transformações, baseados na realidade da sociedade, pois a educação ocorre tanto no seio da família quanto na escola, no trabalho nas conversas entre amigos ou em qualquer outras situações formais, preparando o indivíduo para uma vida digna na sociedade em que está inserido. Assim sendo, é no seio familiar que os seres humanos nascem, crescem e recebem as primeiras noções de educação.

1.2 O SISTEMA DE ENSINO ESCOLAR A PARTIR DOS ANOS 90.

A estruturação do modelo de ensino é resultado de muitas mudanças sofridas ao longo dos anos, a compreensão do sistema educacional brasileiro exige que não se perca o foco da totalidade social. É importante destacar também que no meio educacional, existem profissionais que estão cansados e conformados com os

problemas que ocorrem em relação a educação, ressalta-se entres eles, as péssimas condições das instituições, a falta de apoio do governo para com a educação, necessidades de recursos didáticos e principalmente pessoas qualificadas para determinado cargo. Segundo Marx, apud Vasconcelos (2006, p.53), “os filósofos se limitam a interpretar o mundo diferentemente, cabe transforma-lo”. Diante disso, é essencial que o professor seja conhecedor da realidade do meio em que está inserido, assim apontara uma forma urgente das necessidades de transformação. É de grande relevância que o professor conheça os desafios e tente resolvê-los mesmo não tendo convicção das dificuldades que enfrentará.

As problemáticas existentes na área da educação, que o Sistema Educacional Brasileiro enfrenta desde muitas décadas atrás, envolve várias questões sociais. Situações estas que devem ser observada com bastante delicadeza, pois os responsáveis por esse processo devem sempre estar buscando tecnologias e metodologias inovadoras para transmitir um conhecimento mais avançado e moderno para seus educandos.

Averiguar o modelo da política educacional brasileira pós 1990 envolve um contexto mais amplo no âmbito social e nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade, perante as mudanças no contexto geral do país, introduzidas no atual estágio de reestruturação da fase produtiva do capital (ZORZETTI e BARROS 2009). Após a constituição Federal de 1988, algumas medidas foram criadas em vista da democratização da educação, porém depois da Constituição Federal, algumas tentativas ocorreram visando solucionar esse problema, porém, sem êxito (PEDROZA 2010, p. 35).

Já no final dos anos 90, iniciou-se um período de transformações essenciais no setor educacional. A prioridade enfoca na gestão educacional com a finalidade de conceder transformações positivas, especialmente no que se refere ao nível da educação básica quanto às propostas voltadas para uma gestão democrática. O debate sobre a redemocratização e as novas formas de gestão educacional eram discutidos entre educadores e partidários ao novo sistema de ensino, porém o governo de Collor era constituído por políticos conservadores, inclusive no Ministério da Educação, inquerindo em matéria de política educacional um aspecto de muito discurso e pouca ação.

Ainda no governo de Collor, em setembro de 86, o Estado chegou a promover um debate sobre a educação fundamental, que teve a participação de todos os

setores da sociedade. Devido esse encontro, ficou registrado como o dia “Dia D”, como objetivo de reformar a educação ou torná-la mais acessível aos usuários. Sem dúvida alguma o Estado obteve sucesso nesse encontro.

[Durante o período Collor, no âmbito do Estado Estricto sensu, as políticas do Executivo Central foram delineadas, principalmente pelo Projeto de Reconstrução Nacional, pelo programa Setorial de Educação, pelo Projeto] Minha Gente e pelo Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), embora não tenha se concretizado, ora por falta de apoio político, ora por falta de coerência com as necessidades de redefinição de rumos das políticas econômicas e sociais do próprio governo (NEVES, 2008, p. 23).

É possível perceber que ocorreu uma disputa em defesa da formulação da gestão escolar democrática por admiradores buscando aproximação da sociedade para a construção de um ambiente onde ocorresse a valorização da democracia. Dessa forma, a estrutura poderia vir a se normalizar, tornando acessível aos seus respectivos usuários. Sendo assim, as políticas apresentadas anteriormente embora não executada tiveram uma importante participação e grande contribuição para o sistema.

A educação é, e sempre será, executada com base em programas que ajudam o sistema de ensino. No ano de 1990, foi criado o Plano Nacional de Educação para todos, em 1996, a nova LDB que complementava os princípios da Constituição de 1988, diante disso foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF) e, posteriormente, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Esse programa tem por objetivo trazer melhorias para o Ensino Fundamental do País.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996 e, posteriormente, regulamentado pela Lei 9.424 do mesmo ano, sendo previsto para durar 10 anos e entrar em vigor no início de 1998, à exceção – por força de Lei estadual – do Estado do Pará (ROSA, 2010).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). Além disso, introduz

novos critérios de distribuição e utilização dos recursos correspondentes, promovendo a partilha de recursos entre o Governo Estadual e os Governos Municipais de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

No ano de 1990, a descentralização das políticas educacionais amplia-se, devido a essa situação, a equipe escolar deve manter a interação recíproca no processo de prestação dos serviços sociais, dessa forma uma liderança atuante e cooperativa por parte do diretor e de seus funcionários são os responsáveis por manter a descentralização em pleno funcionamento.

A LDB, aprovada em 1996, provocou poucas mudanças quanto a gestão democrática educacional, consta no artigo 14 da Lei de Diretrizes Básicas (LDB):

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I) Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- II) Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (ROSA, 2010, p.30)

Dentro dessa concepção, entende-se que o sistema de ensino está fundamentado em leis, as mesmas criadas para dar suporte ao funcionamento do processo ensino-aprendizagem. Assim, assegurando as unidades escolares públicas de educação básica dando-lhes autonomia de administração em relação às normas escolares. No ambiente escolar temos a oportunidade de conviver com inúmeras diferenças culturais, ideológicas, sociais e economias. É importante esclarecer que a democracia não se define apenas pela participação, nem pelo consenso, mas pelo respeito às diversidades e a liberdade. A postura de respeito e reconhecimento da existência da diversidade de culturas, opiniões, propósitos, é o que define a pluralidade, e esta, constitui-se como uma das bases para a construção da democratização do ensino.

1.3 AVANÇOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.

Diversos são os fatos que influenciaram o sucesso escolar persistência do aluno, o compromisso do educador com o educando, entre outros. Diante disso, observa-se uma grande necessidade de ambas as partes no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem. Em virtude disso, é possível perceber que a

educação é, e sempre será, um sistema delicado, e respectivamente, sempre sujeita a constantes modificações.

O modelo do sistema de ensino brasileiro que conhecemos atualmente é fruto da incessante luta de **educadores** e da sociedade em busca da democracia escolar e acesso por todos os cidadãos brasileiros à escola e o aprendizado. A partir de 1930 com a criação do Ministério da Educação o Brasil começou a romper barreiras e tornar a escolarização possível para todos os brasileiros sem preocupar-se com questões socioeconômicas e raciais (SANTOS, 2011).

No campo educacional que envolve toda uma estrutura por trás desse sistema, dentre elas destaca-se a administração geral que agrupada a administração escolar tem como objetivo a racionalização das atividades e a sistematização de métodos e procedimentos que possam potencializar a produtividade da escola numa visão holística e a qualidade de ensino.

A gestão escolar foi uma das principais reivindicações dos movimentos populares na época da constituinte de 1987, hoje encontra-se explicitada na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (1996) uma observação para que a democracia ocorra através da participação dos profissionais do sistema educacional na construção do projeto pedagógico da escola e a participação ativa das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes. Considerando a situação em que a educação se encontra, observou-se que nos últimos anos têm sido frequente as críticas da aplicação dos princípios de administração de empresas para a administração escolar. E com isso as limitações do modelo clássico-burocrático chegaram a ganhar então um significado diferente no que se refere a natureza da escola. Para melhor esclarecimento dessa situação, veja abaixo o ponto de vista do autor:

Entre um projeto empresarial e um projeto educativo as diferenças incluem principalmente a amplitude das variáveis e dos valores envolvidos. De modo geral, a mais complexa das empresas é mais simples, do ponto de vista dos projetos que a mobilizam, do que a mais simples das escolas. Ainda que a redução dos valores empresariais à dimensão econômica possa ser uma caricatura, ela não é mentirosa, e seguramente a questão dos valores no universo educacional é muito fecunda e abrangente (TEIXEIRA, 2003: 3-4)

A afirmativa acima, ressalta a grande importância dos direitos e as diferenças entre as situações em destaque. Considerando esse fato, há uma necessidade de se fazer qualquer coisa para que venha de encontro com o problema. Não

esquecendo das condições e da relação que o ambiente proporciona aos membros envolvidos, trazendo pra si a responsabilidade e autonomia de opinar de forma colaboradora e significativa ao ambiente.

Os princípios que norteiam a efetivação do direito à educação estão presentes no texto e também em leis que regulam o direito a educação, dentre elas citamos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96). A mesma, criada com objetivo de dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem, por sua vez só terá valor quando perceber que a realidade dos educandos são distintas e estão sujeitas a um processo contínuo de evoluções e transformações.

De acordo com o sistema de ensino brasileiro tem por base a constituição de 1988 explicitado nos artigos 205 a 214 em que se trata de quatro sistemas de ensino os quais são da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que organizarão em regime de interação em que a União financiará o sistema federal com prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para desenvolver seus sistemas de ensino e atender a escolarização obrigatória. (SANTOS, 2011, p. 32).

A educação por sua vez segue um hierarquia na qual o autor refere-se acima, a União faz o financiamento do para os estados com assistência do distrito federal e dos municípios para que dessa forma esses órgãos possam atender a demanda e suprir a necessidade da escolarização obrigatória.

Nesse contexto, a escola precisa ser capaz de superar e se readaptar as mudanças que ocorrem continuamente na sociedade e afetam diretamente em seu eixo, para então poder preparar os docentes e alunos a enfrentarem as dificuldades trazidas por tais transformações. Pensando assim, as funções da escola vão além de apenas repassar ensinamentos técnicos, a mesma tem a missão de instruir o indivíduo a enfrentar os conflitos da sociedade, construindo assim um processo educativo em consolidação com a realidade, de forma a educar para toda a vida.

- I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em quem se assenta a vida social. (BRASIL-LDB 9.394/96).

O fortalecimento da ideia defendida é que a educação não envolve apenas a aquisição de conhecimentos científicos ou disciplinas específicas e necessidades para a formação do trabalho, mas também a educação envolve a formação integral do ser humano, abrangendo desde o seu desenvolvimento intelectual quanto a construção de valores morais e éticos, até a consolidação dos vínculos afetivos da família.

O ensino fundamental tem como objetivo maior a formação básica do cidadão, que tem duração de oito anos sendo obrigatório e gratuito nas escolas públicas a partir dos sete anos de idade, com matrícula facultativa aos seis anos. A oferta do ensino fundamental deve ser gratuita também aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a consolidação e aprofundamento dos objetivos adquiridos no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade. Embora atualmente a matrícula neste nível de ensino não seja obrigatória. A Constituição Federal de 1988 determina a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade da sua oferta.

Lei de diretrizes e bases da Educação nacional prevê na lei nº 9,394 de 20 de dezembro de 2006 as modalidades da educação e ensino tal como definido no capítulo Iº:

- a) Educação básica: compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio;
- b) Educação superior: com os cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação e extensão.

Já a educação superior tem como algumas de suas finalidades: o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Ela abrange cursos sequenciais nos diversos campos do saber: cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. O acesso à educação superior ocorre a partir dos 18 anos, e o número de anos de estudo varia de acordo com os cursos e sua complexidade.

A formação do sistema brasileiro compreende necessariamente na estruturação do nosso modelo de ensino, porque observa-se que, desde os primeiros anos de nossa descoberta sofrendo da falta de estrutura e investimentos

nessa área. Foi possível observar também a grande importância de analisar e revisar os conceitos que são aplicados nas diferentes modalidades do ensino

Assim como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação escolar, uma vez que está se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, para atender o interesse das camadas representadas na estrutura do poder. (ROMANELLI, 2003, p. 29).

Para melhor esclarecimento da estruturação do modelo de ensino, define-se como primeira modalidade de ensino do sistema brasileiro educacional que é educação básica organizada em séries anuais por meio de períodos semestrais e ciclos com base na capacidade e em outros critérios de acordo com o processo de aprendizagem escolar. Mediante a nova LDB, a educação infantil deve ser ofertada em creches ou entidades equivalentes, para crianças com idade de até três anos e estendendo-se à pré-escolas as crianças de quatro a seis anos, buscando o desenvolvimento intelectual, psicológico e social das crianças ampliando a ação da família e comunidade. O ensino fundamental é constituído por nove anos que dividem-se em primeiro e segundo ciclo, sendo o primeiro composto por 1º a 5º ano e 6º a 9º ano sendo o segundo ciclo, com jornada escolar mínima de quatro horas de trabalho.

Para o cumprimento da carga horária mínima, tanto na educação básica como na educação superior, o ano letivo escolar inicia-se em fevereiro e termina em dezembro, com interrupção de uma ou duas semanas nos meses de julho e dezembro, para o recesso escolar, e durante o mês de janeiro, para as férias escolares. Essas definições são seguidas em todo o país, com algumas modificações condicionadas às normas de cada rede e/ou instituição escolar. No entanto, a legislação é bastante flexível em termos de adequação do calendário escolar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas. Sendo assim, algumas localidades iniciam suas atividades escolares em períodos diferenciados dos anteriormente descritos. Nas palavras do Sistema Educativo Nacional do Brasil:

Quanto aos horários escolares, a oferta do ensino é feita, geralmente, nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Apesar de algumas variações em termos de horário escolar dentro da diversidade da educação brasileira, tem-se, geralmente: período matutino, das 7h às 12h; período vespertino, das 13h às 18h; período noturno, das 19h às 23h. (BRASIL, 2000, p.40)

Em algumas localidades brasileiras, onde existe a incompatibilidade entre a demanda e a oferta de vagas no ensino público, principalmente em relação ao ensino fundamental obrigatório, amplia-se para quatro o número de turnos escolares existentes, criando-se um turno intermediário entre o matutino e o vespertino. No entanto, esta é uma prática que vem sendo abolidas, principalmente devidas ações para universalização do ensino fundamental, de modo a garantir maior qualidade ao ensino oferecido nos estabelecimentos públicos.

Em síntese no período de 1990, as reformas que vinham sendo desenvolvida no Brasil estavam mais voltadas para as características do modelo Neoliberal, devido à prioridade que este modelo imprime questão econômica, as principais críticas que lhe são feitas e referem-se às suas consequências no campo social. Mais especificamente, as críticas voltam-se aos seus efeitos negativos sobre o estado de bem estar social. Desta forma, é na década de 90 que possibilidades de qualificação profissional faz-se necessária para que o trabalhador desenvolva com mais competência suas tarefas no interior do canteiro de obras. O processo de industrialização e de desenvolvimento econômico confronta-se com a possibilidade real de garantia de escolaridade da classe trabalhadora, apesar da necessidade de permanente formação de mão de obra, principalmente na segunda metade desse século.

Estado de bem estar social também conhecido como Estado providência, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. (ARRECH, 1995: 40)

A partir de então, a educação passa por reformas em sua estrutura e orientações, destacando-se as seguintes: redistribuição de recursos; descentralização da execução do gasto; reforço da progressividade dos recursos; reequilíbrio regional da alocação; descentralização; desconcentração dos recursos e funções; participações dos pais; parcerias com a sociedade civil; modernização dos conteúdos; diversificação das carreiras; criação de sistemas nacionais de capacitação docente; e criação de um sistema nacional integrado de avaliações educacionais.

1.4 O GESTOR NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.

O gestor escolar é responsável dentro da instituição pela condução do desenvolvimento e controle das atividades, coordenando os demais funcionários para o alcance dos objetivos da instituição de ensino. É claro que esse não é um trabalho solitário, mas democrático. O diretor é o indivíduo que representa o gestor público dentro da escola, sendo a figura mais importante e de maior influência no ambiente escolar responsável por garantir o funcionamento da escola em aspectos administrativo e pedagógico.

De acordo com a Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a educação infantil é considerada como "a primeira etapa da educação básica, Conforme o artigo 32 da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996a) "o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a *formação básica do cidadão*". A Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996a) *em seu artigo 21* integra o ensino médio como educação básica, ou seja, é considerado como uma etapa básica dentro do processo educacional, necessário para a plena formação da cidadania universitária. De acordo com o artigo 43 da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996a) a educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo (LOPES, 2013: 21-25).

O diretor escolar responsável pela gestão da instituição deve unir aspectos administrativos e pedagógicos para a boa gerencia da escola. Este profissional deve contar com sua equipe de funcionários preparados e qualificados para executarem as diversas tarefas cotidianos no ambiente escolar, desse modo o gestor deve selecionar os membros que a compõe devendo existir a interação mutua entre esses profissionais para que o trabalho em equipe gere benefícios no contexto escolar. É do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto a consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, assim como controlar todos os recursos para tal. Devido sua posição central na escola, o desempenho de seu papel exerce forte influência (tanto positiva, como negativa) sobre todos os setores pessoais da escola.

Destaca-se a composição da equipe gestora que é formada pelo diretor, coordenador pedagógico e supervisor escolar. A atuação deve ser conjunta em busca de alcançar os resultados positivos, diante disso a cooperação é

imprescindível entre a equipe em foco. Diante disso acontecem as mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas no mundo que são evidentes e influenciam direto e indiretamente na organização da sociedade e da educação. Lembrando que a função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores a socialização do indivíduo.

Já é amplamente reconhecido que a qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais em oferecer para seus alunos e a sociedade em geral experiências educacionais formativas e capazes de promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao enfrentamento dos desafios vivenciados em um mundo globalizado, tecnológico orientado por um acervo cada vez maior e mais complexos de informações e por uma busca de qualidade em todas as áreas de atuação. (LUCK, 2009:12).

A escola, portanto, tem o compromisso de ir além da simples transmissão do conhecimento sintetizado e sistematizado, preocupando-se em dotar o aluno da capacidade de buscar informações segundo as exigências da sua área profissional ou de acordo com as necessidades de desenvolvimento individual e social, preparando o aluno para a vida, mesmo após o término de sua vida escolar.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA, PARAENSE E ITAITUBENSE.

2.1 PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

No desenvolvimento da educação, são muitos os elementos, atores e situações envolvidas. Desde a elaboração de uma proposta nacional, passando pelos pensadores de educação e finalizando no fazer do profissional na sala de aula, onde se materializa toda a teoria.

Viver e trabalhar em uma sociedade é um grande desafio para todos os cidadãos. A busca por tecnologia, informação, conhecimento de qualidade, novas habilidades para liderança e solução de problemas com eficiência tornou-se uma questão de sobrevivência no mundo do trabalho. Em que cada um de nós tem uma grande responsabilidade: as escolhas que fizermos por nós e pelos nossos fará grande diferença no futuro. Promovendo educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando cidadãos profissionais que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa.

O que torna a educação possível e necessária é o fato da "modificabilidade humana". O homem é um ser que se transforma. Não a transformação meramente exterior, crescimento ou decadência, que é própria do vivo em geral, mas a transformação "interior", que faz dele um ser histórico. (BARROS, 2004: 21)

Ao considerarmos as perspectivas atuais em que se insere a educação do nosso país, muitos são os questionamentos levantados quanto a sua qualidade, seus paradigmas, suas restrições e mais ainda quanto às suas problemáticas. Atualmente, é possível perceber que alguns professores tentam inovar a sua metodologia de ensino, fazendo uso de estratégias que prendam a atenção do aluno e os deixem mais interessados pela matéria. Porém, é notável que grande parte dos profissionais da educação ainda sente-se desmotivados em tentar melhorar suas estratégias de ensino, seja pelo desinteresse dos alunos, pela falta de valorização salarial, falta de estrutura, ou seja, por outros aspectos.

Acreditamos que inovar essa forma de educar é um dos grandes desafios que estamos enfrentando, pois a formação dos atuais professores seguem uma visão

tradicionalista e hoje pouco tem sido feito e investido para melhoria e aprimoramento dos mesmos.

É certo que, com maiores investimentos na educação provocará em profissionais muita motivação, e isso refletirá com maior motivação em suas metodologias, tendo assim uma melhor elaboração das atividades e da forma como essas serão desenvolvidas levando a um maior interesse dos alunos em adquirir o conhecimento. Para isso, é preciso investimentos na formação dos professores, para que estes possam se tornar capazes de influenciar mentes pensantes e estimular a criticidade de seu aluno, não apenas formando profissionais qualificados como se espera o mercado de trabalho capitalista, mas cidadãos mais humanos e pensantes. Baseado nessas situações, o sistema afirma a garantia dos cidadãos em relação a educação brasileira.

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos. (MENDONÇA, 2012; 21)

Podemos analisar por estes princípios que o direito à educação é um direito civil, ou seja, de todas as pessoas, e que por esse direito estar ligado às ações dos Direitos humanos, portanto, fica definido o dever do Estado em ofertar esta garantia a sua massa de cidadãos. O texto deixa claro a garantia de uma educação gratuita e obrigatória dentro de seu caráter fundamental, e que além de ser ofertada a todos, também deve haver um compromisso social em formar o sujeito para a vida profissional e produtiva, tanto em nível profissional quanto no nível superior de ensino.

Assim como nas empresas existem ordens, no sistema educacional também não é diferente. O mesmo é composto por um conjunto de partes relacionadas para atingir determinado objetivo. Percebe-se, assim, claramente as partes, seu funcionamento harmônico e algo a se alcançar. A educação brasileira é

regulamentada pelo Governo Federal, que define os princípios orientadores da organização de programas educacionais.

Os governos locais são responsáveis por estabelecer programas educacionais e seguir as orientações utilizando os financiamentos oferecidos pelo Governo Federal. As crianças brasileiras têm que frequentar a escola no mínimo por nove anos, sendo que a escolaridade é normalmente insuficiente. É importante salientar que todo sistema faz parte de um sistema maior que exige vários aspectos e pode ser classificado da seguinte forma:

- a) Abertos: o intercâmbio com o meio ambiente é muito grande, como, por exemplo: as empresas, as pessoas e todos os seres vivos;
- b) Fechados: quando o intercâmbio é pequeno com poucas entradas e saídas limitadas e previsíveis, como, por exemplo: os sistemas mecânicos, máquinas e equipamentos;
- c) Concretos ou físicos: composto pelas partes físicas e concretas: máquinas, equipamentos, prédios etc;
- d) Abstratos ou conceituais: como os regulamentos, políticas, diretrizes, normas, programas etc. (SANTOS, 2011, p. 37).

A classificação do sistema representado no pensamento do autor, enfatiza que o sistema escolar é um processo que tem por objetivo proporcionar educação. O mesmo cuida de um aspecto especial da educação, a que se poderia chamar de escolarização. A educação proporcionada pela escola assume um caráter intencional e sistemático, que agrega especial autoridade ao desenvolvimento intelectual, tais como o físico, o emocional, o moral, o social, entre outros. Originalmente a escola foi criada para cuidar do desenvolvimento intelectual, vendo-se forçada a atender aos demais aspectos da educação por razões de ordem social, a sociedade vem exigindo sempre mais da escola. A educação é um processo integral, não podendo desenvolver-se em setores isolados. O sistema de educação engloba em seu contexto todas as agências sociais que educam: família, clubes, empresas, grupos informais, pessoas, escolas, etc.

2.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A atual Constituição Federal é a sétima na história do Brasil, e foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Criada com um conjunto de regras de governo que rege o ordenamento de um país. Baseados em estudos sobre a Constituição Federal, afirma-se que: os direitos fundamentais sociais têm em vista a redução das

desigualdades sociais. É obvio que devem ser patrocinadas pelo Estado. A educação é um direito de natureza fundamental social e, conseqüentemente, é obrigação do estado sua satisfação. Segundo Santos (2011) Apud Raymundo Fato (1981, p.16), "A ideia central era a de elaborar um documento (Constituição) que garantisse como princípios básicos: a igualdade, a fraternidade e a liberdade de todas as pessoas, indistintamente".

Tudo para garantir à educação que é fator necessário para o desenvolvimento de um país. A Constituição é a suprema força política de um país, nas suas normas e valores, coordenadora e árbitro de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso. Esse sistema foi criado para organizar e facilitar o desenvolvimento de normas a serem seguidas pelas pessoas como cidadãos. A escola é um ambiente propício para o exercício e aprendizagem da ética e da moral dos alunos. Baseado na citação do autor, percebe-se que existem também outros fatores que podem ser selecionados e inseridos no processo educativo de uma forma mais organizada. Todavia, os professores e a família são elementos que contribuem para as tomadas de decisões sobre os sistemas de ensino.

A educação brasileira desde muito tempo tem passado por mudanças sejam elas, com olhar voltado para o sistema educacional ou para o aluno. Talvez, como se tem visto seja mais fácil copiar aquilo que deu certo em outro lugar por ser mais fácil ou por ser até mais barato na sua implantação, sem se dar conta de que é necessário buscar alternativas voltadas à realidade e à identidade cultural da população brasileira com suas características e peculiaridades tão únicas.

A humanidade vive, hoje, um momento de sua história marcado por grandes transformações, decorrentes sobretudo do avanço tecnológico, nas diversas esferas de sua existência: na produção econômica dos bens naturais; nas relações políticas da vida social; e na construção cultural. Esta nova condição exige um redimensionamento de todas as práticas mediadoras de sua realidade histórica, quais sejam, o trabalho, a sociabilidade e a cultura simbólica. Espera-se, pois, da educação, como mediação dessas práticas, que se torne, para enfrentar o grande desafio do 3º milênio, investimento sistemático nas forças construtivas dessas práticas, de modo a contribuir mais eficazmente na construção da cidadania, tornando-se fundamentalmente educação do homem social. (SEVERINO, 2000: 8)

A organização e a estrutura do sistema educacional, como parte desse contexto mais amplo, também passaram por inúmeras transformações expressas tanto na base legal produzida a partir do final da década de 80, como nos contornos que a gestão passou a assumir desde então. A educação é considerada como um

processo pedagógico e sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, nos dias atuais é considerada como objeto priorizado de estudos científicos com vistas às definições de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades.

Os direitos fundamentais a educação baseados na constituição, são os que modificam com a evolução e transformação da sociedade, tendo como sua principal função atender as necessidades humanas. A importância desses direitos é afirmar e assegurar a continuidade da vida humana, além de proteger os indivíduos de toda vulnerabilidades a que estão sujeitos. A inclusão dos direitos fundamentais tornou-se uma referência obrigatória na maioria dos textos constitucionais, pois atualmente quase todos os sistemas políticos adotaram oficialmente uma doutrina relacionada a esses direitos, porém isso não basta para que eles tenham efetiva realização. O conteúdo básico dos direitos, por que todos devemos ter o direito a ter direitos. Observa-se na obra de Vieira (2010, p.25), que: “nas últimas décadas o Brasil vivenciou mudanças significativas em diversas esferas da vida econômica e social”.

A expressão “direito” é polissêmica. Seja na língua portuguesa, seja em outros idiomas, a mesma palavra - Recht, diritto, derecho, droit, pravo -, acolhe vários significados diferentes. Mas além de acolher múltiplos conteúdos, bastante diversos entre si, que estabelecem esferas distintas de significação, cada uma destas designações é, no seio de sua própria esfera, inçada de controvérsias. Numa palavra: os vários significados da expressão direito não são unívocos nem mesmo quando singularmente considerados. (GALDINO, 2002, p. 190).

O conceito de direitos nada mais é que a luta pelo acesso a bens. A direção das lutas para o acesso aos bens é a busca pela sobrevivência ou pela dignidade humana. O que entende-se por dignidade não é o simples acesso a bens, mas a possibilidade de que o acesso seja igualitário e não coloque alguns em posições privilegiadas, e outros em situação de opressão e subordinação. O conteúdo básico dos direitos fundamentais não é em si o direito de ter direitos e sim o conjunto de lutas pela dignidade, sendo que os resultados deverão ser garantidos por normas jurídicas, por políticas públicas e por uma economia aberta às exigências da dignidade.

Os direitos fundamentais só entraram em vigor se forem concretizada sua delimitação, extensão e fundamentação e assim, serem incluídos no conjunto de valores sociais, desta sociedade globalizada, multicultural, dinâmica e que está em

constante transformação. Por isso, as principais formas de assegurar a efetivação dos direitos fundamentais será a conscientização, informação, educação, e participação pública. Não é uma tarefa fácil, nem impossível.

[...] mesmo não havendo um conceito fechado determinante dos direitos humanos e fundamentais, ou ainda um fundamento consensual destes, nota-se que todos convergem distintamente à ideia da dignidade da pessoa humana. E tal percepção tem caráter essencial na perspectiva emancipatória dos mecanismos da instância jurídica, uma vez que não são, em si mesmos, fins que se fecham e sim possibilidades que se abrem para a concretização de direitos, centrados na igualdade, liberdade, na justiça e no pluralismo. (FACHIN, 2007, p. 76-77).

Nota-se então, que os direitos hoje são denominados fundamentais e essenciais ao amparo da dignidade humana e estão preparados para o ordenamento jurídico brasileiro de forma "especial", com o objetivo de assegurar aos cidadãos uma vida mais digna. Eles são provenientes de diversas fontes como a religião ou mesmo a filosofia. E com a elaboração da Constituição de 1988, ocorreram uma série de discussões que culminaram na redemocratização do país, depois do período militar.

2.3 LEGISLAÇÕES REFERENTES À EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional expressa A política e o planejamento educacional do país. Essas diretrizes são embasadas na Constituição Federal que apoia os direitos dos cidadãos. O direito à educação é visto hoje de uma forma conceitual como um dos mais básicos a ser garantido pelo Estado. De fato veio para consolidar-se dentro do rol dos mais importantes direitos fundamentais apenas após a Segunda Guerra Mundial, sendo desde então objetivo de constante esforço para sua consolidação.

É importante destacar que o nosso país possui dois instrumentos legais que proporcionam os meios necessários para a sua realização, tais como: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Observa-se que a LDB assume um caráter inovador, todavia, ainda insuficiente para atender as necessidades de melhorias do sistema educacional, no sentido de melhoria da qualidade do ensino brasileiro frente às tendências econômicas do país, porém mostrando-se eficaz no que tange a regulamentação da educação nacional.

Cury, baseado no Título II Capítulo II artigo 6º afirma que: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". (2000, p. 20). O direito à educação é um direito fundamental relacionado aos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira, que expressa que além da educação, são direitos sociais a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A educação tem valor incontestável, pois é vista como um dos direitos sociais mais significativos, portanto, cabe ao Estado o dever jurídico de concretizá-la como direito.

O Estado é responsável pela criação de políticas públicas e condições objetivas que propiciem o pleno acesso ao sistema educacional, sendo isso uma norma constitucional de eficácia direta. Assim, entende-se que educação é um ato contínuo de conhecimento e de conscientização para a formação moral e, desenvolvimento do ser humano.

A educação básica é direito fundamental e subjetivo, cuja importância é indiscutível, que envolve três pilares da educação: educação infantil, ensino fundamental e médio, o que está aprovado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A oferta de educação infantil em nível de creches, para crianças com até 03 anos de idade e a pré-escolar dos 4 até 6 anos de idade, com a finalidade de atingir o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, moral e social, completando a ação da família e da comunidade.

O ensino fundamental, segundo o art. 32 da LDB, terá duração mínima de nove anos, iniciando-se no primeiro ano do primeiro grau, com 6 anos de idade, e concluindo, em tese, com 14 anos de idade o nono ano, sendo obrigatório e gratuito nas escolas públicas com objetivos de formação básica do cidadão. Ainda fortalecido pelo art. 35, que representa a uma parte da etapa final da educação, afirma que o ensino médio terá tempo mínimo de três anos de duração.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL-LDB 9394/96).

Diante da análise sobre a conceituação da educação como direito fundamental, é ainda entendimento na legislação como organização da educação básica em nosso país. Destaca-se ainda que, além do Estado, a família também tem responsabilidade pela garantia do acesso à escola, as duas instituições velam pela permanência regular do indivíduo em instituição de ensino. Os desafios para tanto são inúmeros, os contrastes sociais e miséria, a necessidade de crianças e adolescentes colaborarem no sustento da família e no cuidado com irmãos menores contribuem negativamente para evasão escolar.

Ainda falando da classificação dos níveis de ensino, ressalta as ações do Plano Nacional de Educação – PNE que estão voltadas para a implantação de uma nova educação profissional no País e para a integração das iniciativas. O mesmo têm como objetivo central generalizar as oportunidades de formação para o trabalho, de treinamentos, mencionando, de forma especial, etc.

Conforme a LDB 9.394/96, a educação profissional é apresentada como modalidade educacional, visando desenvolver aptidões como cita:

Art. 39 - A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia:

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino;

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Fundamentado na Legislação Brasileira, é importante afirmar que o ensino é livre, porém existem normas a serem seguidas. E vários princípios devem ser observados antes de executar uma ação relacionada ao desenvolvimento do ensino escolar. Por esses aspectos, destaca-se, o peso da legislação, o constituído, o estabelecido, como eixo básico da disciplina. A escola e a organização do ensino são expressões da legislação que constituem esses elementos. Pode-se dizer ainda que Educação Profissional consiste em uma parte da etapa final da Educação Básica que podem ser decisivos na formação dos jovens que concluem o Ensino Médio.

2.4 EDUCAÇÃO PARAENSE E ITAITUBENSE.

2.4.1 Educação Paraense.

Voltando-se para a educação do Pará, é primordial que possamos fazer uma breve reflexão histórica sobre as políticas educacionais nacionais. No Brasil, sempre que se fala em adotar medidas de rigor é sempre na educação que o governo insiste em reduzir os gastos públicos. Mas, é a educação que dá substância e edifica as principais bases de desenvolvimento de uma sociedade e sua influência se estende diretamente nos indicadores sociais, colocando um país emergente na rota da superação do subdesenvolvimento. Desde então se inicia uma transformação no quadro educacional em função do surgimento da indústria. Observa-se que em nossa sociedade, quanto menos qualificação tiver uma população, menor será sua renda, esse sistema de desigualdade coloca em posição vulnerável a maior parte da população.

Discorrendo sobre a capital do Estado do Pará, o ensino de Belém, ou seja, a Secretaria Municipal de Educação, foi criado pela Lei 7.722 de 7 de julho de 1994, como a organização conferida a educação pelo Poder Público no âmbito municipal e compreende: princípios, fins e objetivo da ação educativa, previstos nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica do Município; normas e procedimentos que assegurem unidade e coerência interna do Sistema próprio de

educação, como parte integrante do seu sistema social e fator de sua transformação, de modo a permitir o exercício da função federativa municipal de supervisão e normatização de toda e qualquer atividade educativa no âmbito geográfico do município de Belém; órgãos e serviços por meio dos quais se promoverá a ação educativa, basicamente, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

[...] que busca concertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas. (BRASIL 2009, p. 12)

A ferramenta para o diagnóstico da situação educacional local se orienta e se estrutura em quatro grandes dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação e pôr fim a Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. Essas dimensões se desdobram em diretrizes e indicadores que, articulados, constituem o diagnóstico de cada município que se expressa em ações que constituem o Plano de Ações Articuladas.

2.4.2 Educação Itaitubense.

O processo histórico de ocupação do território hoje conhecido como Itaituba, no interior do Estado do Pará, não se difere inicialmente de outras regiões do Brasil. Assim como em diversas localidades do país, o município era ocupado essencialmente pela população indígena que teve suas terras e suas vidas invadidas pelas civilizações europeias, principalmente a portuguesa.

Essa consideração inicial nos remete à reflexão, de que a partir do momento em que as comunidades indígenas foram sendo dizimadas e foi se dando lugar à instalação de uma sociedade mercantilista, os interesses dessa ocupação foram exclusivamente para o acúmulo de capitais, e todas as medidas políticas

implantadas deveriam satisfazer as necessidades desse objetivo, pensar nos recursos naturais enquanto mercadorias.

[...] no seio de uma comunidade indígena, onde não há trocas, os objetos produzidos pela atividade de seus membros são valores de uso, uma vez que eles foram criados somente para serem consumidos. Eles são valores também porque contêm trabalho humano, mas são valores em estado latente e que só aparecerão quando forem trocados por produtos de outras comunidades. Nas sociedades mais desenvolvidas, a moeda de ouro e de prata é a forma que reveste o valor de todas as mercadorias. (MARX, 2004, p.28).

Em síntese, quando os colonizadores ocupam as terras indígenas e trabalharam através dessa perspectiva de utilizar a força humana para a obtenção de mercadorias, promoveu uma mudança nas relações até então existentes, sejam elas sociais, políticas, religiosas, culturais ou educacionais, utilizando-se de mecanismos que passam a organizar, gerir ou mesmo controlar as relações humanas. Em nossa discussão, nos concentramos na esfera educacional, porém considerando todos os fatores que influenciam o sistema.

Mais especificamente falando sobre a educação, acredita-se que o índice de analfabetismo ainda é elevado, e quando comparamos a relação entre o processo de alfabetização com a faixa etária. Essas primeiras considerações sobre a história de Itaituba, já nos demonstra um quadro social marcado pela exploração do capital, porém é necessário um aprofundamento do estudo no que diz respeito à questão educacional, uma vez que existem poucas pesquisas direcionadas a essa temática.

A educação é um processo lento, porém importantíssimo para o desenvolvimento da sociedade cuja o indivíduo esteja inserido. Especificamente falando do município de Itaituba, observou-se que ao longo dos últimos dez anos, o município teve alguns avanços nesse processo. Para melhor enfatizar, veja o que a autora Djamila de Sá Almeida afirma:

Hoje possui cerca de 20 escolas particulares, as quais atendem a uma demanda de mais de 21 mil alunos. Destacam-se, entre outros estabelecimentos educacionais particulares: a Escola Isaac Newton, a Escola Marechal Rondon, o Centro Educacional Anchieta, o Pequeno Polegar e o Núcleo de Práticas Culturais e Pedagógicas Henri Wallon que oferece também Ensino Fundamental e Educação Infantil. Esta instituição foi criada pela administradora e professora Reuva de Sá Almeida que, além de ter sido sócia na Faculdade de Itaituba idealizou e foi proponente do 1º primeiro Concurso de Redação no Município, sobre o Homem da Amazônia. O Meio Ambiente, com a Eletronorte e Banco do Brasil, por cumprimento ao Edital do Ministério da Cultura, pela Lei Rouanet, e com apoio da Prefeitura

municipal de Itaituba e da própria escola. Atualmente, a instituição mais conhecida como Universo Infantil pertence à Emanuelle Limenza Barros que pretende inserir no contexto das turmas de EJA de Ensino Fundamental e de Ensino Médio e continuar participando de projetos de parceria com o Ministério da Cultura e Ministério da Educação. (ALMEIDA, 2012, p. 734).

Itaituba conta ainda com cerca de 180 escolas públicas na área urbana e na zona rural, são essas que atendem a uma demanda de cerca de 50 mil alunos no Ensino Fundamental e com a atuação da 12ª URE o Estado atende ao Ensino Médio ofertados pela SEDUC, com 3 Colégios: Maria do Socorro Jacob, Benedito Correia de Souza e Maria das Graças Escórcio Cerqueira. Já no âmbito de ensino superior, destaca-se a Faculdade de Itaituba-FAI, instituição particular presencial pioneira na microrregião de Itaituba que fica localizada na Avenida Governador Fernando Guilhon, nº 895, Bairro Jardim das Araras.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA PROFESSORA MARIA OLIVEIRA DE MENDONÇA NA VISÃO DOS PROFESSORES.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA EM ANÁLISE

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Oliveira de Mendonça, fundada em dezembro de 1984, na gestão do então prefeito Francisco Xavier Lages de Mendonça, está localizada na Terceira Rua, do Bairro Jardim Aeroporto, no município de Itaituba, Pará. A escola funciona nos três turnos, atendendo uma clientela de 1.103 alunos, sendo o Ensino Fundamental de 2º ao 9º ano, no período diurno e o Programa Novo Mais Educação que funciona no (entre turno) manhã e tarde, contamos ainda com a Educação de Jovens e Adultos (E.J.A) de 2ª a 4ª etapas no período da noite, contamos ainda com 08 turmas sendo 6(seis) de 2ª ano, 1(um) 3º ano e 1(um) 4º ano que funcionam anexo a um prédio alugado pela prefeitura de Itaituba, localizado na mesma rua e bairro da escola sede.

A escola possui um corpo administrativo sendo o diretor professor Elisângela Paz Martins, 02 vice-diretores, professor Wagner José Oliveira e professora Maria Fausta Barros, ambos na administração da escola a partir de 03 de janeiro de 2018, além de 01 Técnico Educacional, professor Ronaldo Marques Lobato, 01 secretário escolar Professor Duelde Salles, e 05 auxiliares administrativos.

O corpo docente da escola é composto por professores habilitados, sendo licenciada plena e especialista nas suas áreas de formação, a escola possui um quadro de 52 docentes comprometidos com o ensino aprendizagem dos educando.

A equipe de apoio é composta por 05 merendeiras, 09 auxiliares de serviços gerais e 05 vigias. Estes preocupados em prestar um serviço de qualidade, tanto para os alunos, quanto para a comunidade em geral.

A escola conta com uma quadra poliesportiva, 12 salas de aulas, cozinha e setor administrativo, além de um telecentro, uma biblioteca e uma sala de recursos (AEE), para atender a demanda de alunos. A instituição de ensino atende a uma clientela de bairros vizinhos, Maria Madalena, residencial Viva Itaituba, Jardim América, bairro da Paz e residencial Wirland Freire. A escola Maria Oliveira de Mendonça está completando 33 anos de atividades letivas e prestação de serviço de qualidade no ensino, tendo contribuído para a formação de diversos profissionais nos vários segmentos da sociedade.

3.2 METODOLOGIAS ADOTADAS NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Essa pesquisa é de natureza bibliográfica que se apoiou em vários autores que tratam da temática em discussão. De acordo com Freire (2006:83), o estudo bibliográfico tem a finalidade de aproximar a investigação do seu campo teórico, para compreender as dificuldades e os desafios que são encontrados na análise sobre a escola, por isso, faz-se necessário esta pesquisa.

O estudo bibliográfico tem por finalidade amparar as discussões que foram observadas no trabalho. Utilizou-se um estudo histórico, onde não exige a definição das hipóteses formais, mas a qualidade de como analisar o contexto dos problemas, uma vez que a mesma possibilita compreender de forma clara de como se deu a história da educação.

A pesquisa foi realizada na Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça localizada no município de Itaituba-PA. Os entrevistados da pesquisa foram (07) sete professores da referida instituição de ensino. O procedimento de coleta de dados utilizado foi questionário com perguntas abertas e sua análise se deu por meio de quadros com as respostas dos entrevistados. O período da pesquisa se desenvolveu entre os meses de fevereiro e março de 2018.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.

A pesquisa foi realizada com 7 professores com idade entre 40 a 65 anos, sendo 4 (quatro) do sexo masculino e 3 (três) do sexo feminino, para preservar a identidade dos participantes utilizaremos P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7 (onde P= professor). O P1 e P2 são pedagogos, P3 pedagogo e especialista em supervisão e orientação, P4 especialista e graduada em letras, P5 graduada em letras, P6 graduada em geografia pela UFPA e história/geografia pela UFOPA e o P7 tem licenciatura plena em matemática. Todos trabalham na instituição, entre 5 a 32 anos do tempo de serviço na educação, exceto dois professores que já são aposentados.

3.4 ANÁLISES DE DADOS COLETADOS.

Foi perguntado aos professores: Quais os fatores que motivaram a implantação da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?

PROF.	RESPOSTAS
P1	Uns dos principais fatores, é que no bairro havia muitas crianças com idade escolar. Mas as escolas que já existiam, ficavam no centro da cidade tornando assim mais difícil o acesso para as crianças que viviam no bairro Jardim Aeroporto.
P2	Foi a necessidade de oportunizar a escolarização das crianças que haviam no bairro, e também pela distância que muitas crianças e adolescente estavam fora da escola, o bairro também era recém criado por isso a necessidade de uma escola.
P3	A escola foi implantada para atender alunos deste bairro, considerando periférico principalmente na época, quando implantada só ofertava o ensino fundamental de 1ª a 4ª série.
P4	O crescimento da comunidade foi um dos fatores que motivaram a implantação da escola. Além disso, a maioria da clientela atendida pela instituição é oriunda de agricultores que vem para a cidade, filhos de ex-garimpeiros, desempregados, que vivem da economia de subsistência dentre outros fatores.
P5	Acredita-se que um dos principais fatores que contribuíram para a implantação da escola citada a cima, foi o difícil acesso a clientela estudantil às escolas de centro da cidade...
P6	• Demanda de alunos; • Distância das outras escolas.
P7	A demanda escolar aumentou o acesso às escolas ficaram difíceis devido à distância, o quadro de profissionais do bairro era suficiente para a implantação e também com a pressão da comunidade.

QUADRO 1: Quais os fatores que motivaram a implantação da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Conforme a pergunta citada acima, os professores relatam que um dos motivos da implantação da referida escola, era a dificuldade de acesso às demais instituições que existiam na época. Também afirmam que, com o crescimento da população mesmo o bairro ainda sendo considerado periférico, existiam profissionais suficientes para atender a demanda de alunos, pois havia uma grande necessidade de escolarizar as crianças.

De acordo com as respostas dos professores acima, é possível perceber que com o crescimento da população e o difícil acesso as outras escolas houve uma grande necessidade de escolarizar as crianças do bairro, promovendo educação de qualidade aos alunos que primeiramente eram do ensino fundamental menor (1ª a 4ª série), melhorando de uma forma significativa a vida dos indivíduos.

Perguntou-se: Quais as contribuições que a escola analisada tem oferecido para a comunidade ao longo de sua existência?

PROF.	RESPOSTAS
P1	A escola tem contribuído muito com a formação dessa comunidade, tanto no aspecto social quanto no cultural.
P2	A escola tem contribuído na escolarização dos educandos e incentivando os pais a dar continuidade nos estudos dos seus filhos, mostrando que a "Educação" é uma forma de mudança intelectual e social para todo indivíduo.
P3	Ao longo de sua história, a escola Maria Oliveira de Mendonça tem contribuído na formação de inúmeros alunos, que posteriormente tem se tornado profissionais nos mais diversos segmentos da sociedade.
P4	Ao longo de sua existência, a escola Maria Oliveira de Mendonça tem como filosofia e metas; formar bons cidadãos priorizando seus valores e respeitando suas diferenças sócio culturais, buscando a realização pessoal do indivíduo para o exercício pleno de sua cidadania.
P5	Ao longo de sua existência a escola tem possibilitando melhores qualidades de vida através dos conhecimentos adquiridos pelos educandos.
P6	• Formar cidadãos conscientes; • Participações da comunidade local nas ações da escola; • Inclusão de alunos com necessidades especiais.
P7	Atender toda demanda escolar, oferecer projetos educacionais que valorizam a vida em sociedade dentre outros.

QUADRO 02: Perguntou-se: Quais as contribuições que a escola analisada tem oferecido para a comunidade ao longo de sua existência? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Segundo os professores entrevistados, as contribuições que a escola analisada tem oferecido ao seu público estudantil foram várias, dentre elas destaca-se principalmente a formação do indivíduo no meio social priorizando seus valores e respeitando suas diferenças sócio culturais, tornando esses educandos capazes de exercer suas funções enquanto cidadão.

De acordo com as informações coletadas dos professores, constata-se que os impactos no desenvolvimento da sociedades após a implantação da escola, foram evidentes, apresentam ótimos resultados em relação a educação, nesse caso os alunos, ou seja, a comunidade em geral foi beneficiada novos avanços em relação a educação.

Foi questionado: Qual a concepção (objetivo) da escola em que atua para com a sociedade?

PROF.	RESPOSTAS
P1	Uns dos principais objetivos é a formação do cidadão dentro do contexto social em que vive.
P2	"Priorizar a formação de atitudes e valores".
P3	Proporcionar subsídios que viabilizem o crescimento e o conhecimento destacando a formação de princípios de valores e atitudes dos educandos.
P4	A escola tem o objetivo de preparar o educando para o exercício da cidadania, e a sua participação na vida social, nas divisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade e do país. Portanto, isso tudo converge para uma boa atuação na sociedade.
P5	Formar alunos capazes de exercer a cidadania, compreender e aplicar os direitos e deveres... Entre outros...
P6	Não opinou.
P7	Formar alunos responsáveis, consciente do seu valor perante a sociedade.

QUADRO 03: Qual a concepção (objetivo) da escola em que atua para com a sociedade? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Baseado na concepção dos educadores analisados define-se como objetivo geral da instituição: promover educação de qualidade formando cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, e a sua participação na vida social, nas divisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade e do país.

Embasado nas respostas dos entrevistados, é possível identificar que o objetivo da instituição é proporcionar educação de qualidade aos alunos do ensino fundamental, melhorando de uma forma significativa a vida dos educandos e sempre oferecendo uma formação de total responsabilidade pelos profissionais responsáveis.

Perguntou-se: Qual a visão dos professores sobre a Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?

PROF.	RESPOSTAS
P1	O corpo docente está dividido da seguinte forma: professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental menor, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental maior e EJA – Educação de Jovens e Adultos no turno da noite.
P2	A visão do docente em relação ao educando, é priorizar o ensino do aluno com compromisso e qualidade.
P3	A visão dos professores em relação à escola, é de perceber que a instituição tem si colocado a serviço da comunidade procurando atender-la nas suas necessidades, dentro

	das possibilidades da referida instituição.
P4	Não opinou.
P5	Não opinou.
P6	Não opinou.
P7	A escola está bem centralizada devido ao crescimento da cidade, que sempre vai existir a demanda escolar e com isso o emprego garantido por muito tempo.

QUADRO 04: Qual a visão dos professores sobre a Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?
FONTE: Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

A Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça está bem centralizada devido ao crescimento da cidade e com isso a demanda de alunos também aumenta gerando emprego aos profissionais, a mesma proporciona ao seu público (1º ao 9º ano), uma educação de total responsabilidade e compromisso preparando o indivíduo para o mercado de trabalho. Sempre colocando-se à disposição da comunidade e procurando atendê-la em suas necessidades da melhor maneira possível

Percebe-se que a concepção educacional adotada pela instituição, com base no argumento dos professores, foi direcionar os jovens para uma preparação profissional, incluindo-os no mercado de trabalho de acordo com as leis da sociedade.

Foi perguntado: Em relação a Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça, o que você considera positivo? E negativo?

PROF.	RESPOSTAS
P1	Pode considerar-se positivo que, a escola tem procurado atender as necessidades da comunidade em geral. Já o negativo, é que a escola ainda não dispõem de salas de aulas suficiente para suprir a demanda de alunos.
P2	Considera-se positivo, o compromisso de todos os servidores em atender a comunidade escolar com respeito e seriedade. Já o negativo, resume-se na ausência dos pais no acompanhamento do seu filho enquanto aluno.
P3	Nos aspectos positivos a escola tem se destacado no atendimento ao público discentes levando-os ao prosseguimento dos estudos e ajudando em sua formação. Já nos negativos: Considero que os aspectos físicos tem que ser melhorado.
P4	Considero positivo vários aspectos da escola dentre tantos, priorizar a formação de atitudes e valores, modificação de seus paradigmas evidenciados pela modernização da mesma... Mas considero um ponto negativo que é a interferência política partidária, porque acaba influenciando no desenvolvimento da escola.
P5	O que é positivo está relacionado ao compromisso da escola que é voltada a democratização do ensino. Levando em consideração que educar é dever de todos os setores da sociedade, a ausência dos pais é o ponto negativo.
P6	Positivo: integração da escola com a comunidade em geral. Negativo: aumento da violência, uso de drogas ilícitas, gravidez na adolescência, etc.
P7	Alunos responsáveis, comprometidos e motivados, contudo ainda existem profissionais trabalhando fora de sua graduação principalmente na base da educação.

QUADRO 05: Em relação a Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça, o que você considera positivo? E negativo? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Com a implantação da instituição, segundo os entrevistados a educação trouxe novo avanços para a comunidade, destaca-se também o comprometimento da escola com o seu público, motivando-os a seguirem os bons caminhos honestamente e com o surgimento de novos bairros, atendendo toda a demanda de alunos dos bairros vizinhos.

Com base nesses argumentos, compreende-se que existe um grande compromisso entre a instituição e todos que usufruem de seus benéficos, como também sempre se propondo a oferecer uma boa estrutura para atender da melhor forma possível os seus usuários.

Foi indagado aos professores: Existem projetos desenvolvidos pela escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça que beneficiam a comunidade (bairro)?

PROF.	RESPOSTAS
P1	A escola desenvolvem projetos do governo, como por exemplo, o Mais educação e outros organizados pela própria instituição, tal como, a Feira do Conhecimento.
P2	Sim, atualmente a escola oferece para a comunidade o programa "O novo Mais Educação" que por meio do mesmo estão inseridas várias oficinas.
P3	Ao longo do ano letivo, projetos são desenvolvidos para beneficiar a comunidade, e que tem como objetivo aproximar a comunidade da escola.
P4	Não opinou.
P5	Sim, e o objetivo principal dos projetos desenvolvidos é o de mostrar que escola pode exercer o seu papel de cidadania para a comunidade onde está inserida. Cita-se alguns projetos: Feira do Conhecimento, Soletrando, etc...
P6	Não opinou.
P7	Existem muitos projetos, dentre eles jogos matemáticos, aprender matemática de forma lúdica, truques e enigmas matemáticos...

QUADRO 06: Existem projetos desenvolvidos pela escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça que beneficiam a comunidade (bairro)? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Afirma-se que existem projetos que são desenvolvidos pela escola tais como: Feira do Conhecimento, Soletrando entre outros. Também tem os projetos que são oferecidos pelo governo, podemos destacar dentre eles, Jogos Matemáticos e o Mais Educação que dentro de si, oferece várias oficinas.

De acordo com os dados coletados, é possível identificar que os projetos tem suas finalidades, mas todos com o mesmo objetivo que é despertar, ou seja,

promover educação diferenciada e de qualidade a alunos com bases em suas técnicas ou estratégicas, aperfeiçoando de uma forma significativa os alunos e oferecendo novas oportunidades de aprendizado para a vida profissional.

Direcionou-se aos professores a seguinte pergunta: Como está o IDEB da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça? Comente.

PROF.	RESPOSTAS
P1	Ainda não tem IDEB atual, só o de 2015 que a escola alcançou média de 3,8. No entanto, a escola tem trabalhado para melhorar esse índice de desenvolvimento.
P2	Segundo a SEMED, o IDEB da escola está nível 3,8.
P3	O IDEB da escola é de 3,8 resultado obtido em 2015, já que ainda não conseguimos saber exatamente o resultado de 2017.
P4	Não opinou.
P5	Acredita-se que está abaixo do esperado, mas o que se almeja para este ano é que se alcance ou ultrapasse o esperado...
P6	Não opinou.
P7	A escola alcançou o índice, mas precisa melhorar cada vez mais os projetos educacionais, principalmente nas séries submetidas ao exame.

QUADRO 07: Como está o IDEB da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça? Comente. **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Fundamentado na pergunta citada acima, o P1, P2 e P3 descrevem que o IDEB da escola ainda não está atualizado devido as mudanças na direção, mas afirmam que a última média (2015) foi de 3,8. Já os demais professores, exceto os que não opinaram, destacam também a importância e o objetivo da escola em ultrapassar a média da última pesquisa, tendo em foco as turmas submetidas a exames.

Com base nesses argumentos, é visível o interesse e desempenho da instituição em melhorar a qualidade de ensino. Portanto observa-se que a escola tem grandes interesses de melhoria em relação ao ensino-aprendizagem de seu público e terá em foco o progresso e a melhoria dos projetos oferecidos aos alunos.

Foi indagado aos professores a seguinte pergunta: Qual a realidade atual de atendimento as demandas da comunidade da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?

PROF.	RESPOSTAS
P1	No momento a escola está atendendo no turno intermediário para poder sanar a demanda de alunos, mais isso só até o termino das novas salas que ainda estão em construção.
P2	A partir de 2015, a escola teve um aumento significativo no seu número de alunos, no qual era ao todos 600, com um avanço para 892. No decorrer de 2016 este número aumentou mais ainda e passou a atender 990 alunos. Já em 2017 com o desenvolvimento da comunidade e o surgimento de bairros vizinhos, o número de aluno aumentou novamente para 1.105. No ano atual (2018), a demanda é de 1.405 alunos dividido no turno intermediário.
P3	Atualmente a escola tem sido desafiada a atender uma demanda de 1.400 alunos no funcionamento dos turnos, além do atendimento aos pais que procuram a escola diariamente.
P4	No intuito de promover a educação de qualidade para toda a clientela estudantil, a escola vem passando por ampliação predial em função do aumentou da demanda estudantil, dessa forma prestar um melhor atendimento a comunidade escolar.
P5	Atualmente a escola atende cerca de 1.400 alunos distribuídos nas modalidades: Ensino Fundamental I, II e EJA.
P6	Não opinou.
P7	Atualmente a demanda subiu muito e faltou espaço físico, mas está sendo construída novas salas e em breve espera-se que tudo volte ao normal.

QUADRO 08: Qual a realidade atual de atendimento as demandas da comunidade da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Segundo os relatos citados acima, a partir de 2015 a escola teve um aumento significativo em relação a quantidade de alunos, no decorrer dos anos o número de alunos só aumentou. No ano atual (2018), para atender a grande demanda de alunos da comunidade local e vizinhas, a instituição passou a trabalhar em quatro turnos, ou seja, além dos três turnos normais (manhã, tarde e noite), foi adotado o quarto turno (intermediário), é importante citar que a escola foi contemplada com a construção de mais 4 novas salas de aula e espera-se que ao término da obra, tudo volte ao normal.

Apoiado nos relatos dos professores, percebe-se que a escola passou por vários processos e muitas transformações nos últimos anos, e hoje tem um grande desafio a cumprir. Com o surgimento de novos bairros ao redor da instituição, a demanda de alunos aumentaram e praticamente obrigou a gestão a trabalhar no turno intermediário. Mas observando todas essas dificuldades, o governo solicitou que fossem construídas novas salas de aulas, o pedido foi atendido e a construção de mais 4 novas salas já estão em andamento. Ao termino dessa pequena obra, espera-se que os trabalhos voltem ao normal, ou seja, funcionar nos turnos normais (manhã, tarde e noite).

A questão de número 9 direcionada aos entrevistados, diz o seguinte: Qual a realidade atual da gestão da escola?

PROF.	RESPOSTAS
P1	A gestão tem procurado na medida do possível, fazer um bom trabalho, pois sabemos que o Gestor da instituição pública necessita de muita coragem para atender todo corpo que integra a escola.
P2	Atualmente a gestão é participativa em todos os segmentos ofertados pela escola.
P3	A gestão que assumiu a escola recentemente, tem demonstrado interesse pela escola, pelo atendimento ao público, procurando discutir as questões relevantes com a comunidade escolar.
P4	Não opinou.
P5	A gestão é composta por uma Diretora, um Vice-diretor e uma Vice-diretora, ambos eleitos democraticamente...
P6	A gestão entrou em seu mandato recentemente, por isso ainda não dá pra fazer uma reflexão.
P7	Uma gestão democrática, comprometida e com muitos projetos inovadores, visando assim aumentar o índice do IDEB com uma educação de qualidade.

QUADRO 09: Qual a realidade atual da gestão da escola? **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

Embasado nas respostas a cima, nota-se que a gestão da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça está fazendo na medida do possível o máximo para que seu trabalho seja participativo incluindo todos os profissionais, sem exceção. É importante lembrar que a gestão assumiu o cargo recentemente e é composta por uma Diretora, um Vice-diretor e uma Vice-diretora, ambos eleitos democraticamente.

Compreende-se que a gestão por se novata no cargo tem uma concepção educacional muito interessante, pretende atender seu público da melhor maneira possível, assim melhorando o rendimento da instituição, com base nessas expectativas, um dos argumento foi direcionar aos jovens projetos inovadores para uma preparação profissional, e assim incluindo-os sem nenhum problema no mercado de trabalho.

Finalizando a entrevista, foi solicitado aos professores a seguinte pergunta: Comente sobre a atual configuração de horário de funcionamento oferecido a comunidade (bairro) da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça.

PROF.	RESPOSTAS
P1	No momento está sendo difícil a adaptação desse novo horário, pois as turmas do primeiro turno precisam chegar mais cedo para que os professores possam atender o segundo turno que tem início às 11:00 horas e saída às 15:00.
P2	A escola devido ao aumento de alunos passou por duas ampliações, de 2015 a 2017, para atender os alunos nos três turnos (Matutino, Vespertino e Noturno). Além da criação do quarto turno para atender a demanda do quantitativo de alunos que vem aumentando muito nos últimos três anos. No ano de 2018, está sendo construída seis salas de aulas para suprir a quantidade de alunos. Ao término da construção das novas salas, a escola voltara a funcionar normalmente no três turnos.
P3	Além dos horários que já funcionavam nos horários padrão da escola, neste ano de 2018, a escola está passando pelo desafio do intermediário, realidade que permanecera até a entrega de um novo pavilhão que já está em construção.
P4	Diante da atual transformação e ampliação de caráter arquitetônico que a escola vem passando, fez-se necessário a oferta de um horário alternativo, para atender toda a demanda escolar, o intermediário. Mesmo sabendo que o horário do intermediário não oferece um bom rendimento ao educando e ainda subcarregar a jornada de trabalho do docente.
P5	A escola funciona em quatro turnos: Matutino, Intermediário, Vespertino e Noturno, sendo o turno intermediário provisório, até a construção das novas salas que ainda estão em andamento.
P6	Por aumento do contingente estudantil a escola está funcionando nesse momento com 4 turnos: manhã, intermediário, tarde e noite. Mas novas salas estão em processo de construção para resolver essa demanda.
P7	A escola está funcionando nós três turnos atendendo toda a comunidade escolar, porém nesse início de ano por falta de espaço físico, está funcionando também no turno intermediário.

QUADRO 10: Comente sobre a atual configuração de horário de funcionamento oferecido a comunidade (bairro) da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça. **FONTE:** Professores da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça (2018).

A Instituição ao longo de sua existência passou por algumas ampliações, e já contribuiu bastante para a formação de novos profissionais. Atualmente está passando por dificuldades em relação ao atendimento na demanda dos alunos, pois com o desenvolvimento da cidade, novos bairros surgiram ao redor da escola e a procura por vagas aumentaram rapidamente. Uma das alternativas encontradas pela gestão para sanar esse problema, ou seja, a procura de vagas, foi ofertar aulas no turno intermediário. Mesmo sabendo que o horário do intermediário não oferece um bom rendimento ao educando e ainda subcarregar a jornada de trabalho do docente.

Observando todos os fatos descritos pelos entrevistados, nota-se que a Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça ao longo existência, tem uma grande parcela de contribuição na formação de novos profissionais. No entanto, a mesma,

atualmente vem passando por algumas dificuldades em seu espaço físico. Com o desenvolvimento da cidade, a migração de pessoas para bairros ao redor da escola formam muito significativa e a procura por uma vaga na instituição cresceu rapidamente tornando seu espaço físico insuficiente para atender todos os alunos nos horários normais. Nesse caso, a alternativa de amenizar o problema, foi trabalhar no turno intermediário.

3.5 PROPOSTAS.

Durante a coleta de dados observou-se alguns desafios e muitas dificuldades que a instituição enfrentou e até hoje vem enfrentando, como por exemplo, a falta de valorização dos profissionais, a ausência de cursos de capacitação para os docentes e demais funcionários que atuam na instituição, mais investimento por parte dos órgãos responsáveis pela estrutura física da escola, que por sinal, a quantidade de salas de aulas não estão suprimindo a necessidade dos alunos nos turnos normais. Obrigando assim a gestão a fazer o uso do quarto turno (intermediário), esse horário funciona entre os turnos Matutino e Vespertino.

Ao analisar todos os problemas encontrados, ressaltar-se que, ainda existem soluções ou alternativas para melhorar as condições de trabalho dos profissionais que atuam em instituições de ensino, e que visam uma qualidade de vida bem significativa. Baseado nos problemas encontrados é possível deduzir que professores e alunos necessitam de maiores investimentos por parte do Governo em relação a educação. Dentre essas alternativas, podemos destacar: a formação continuada aos profissionais, cursos de capacitação, melhoria no ambiente de trabalho, ou seja, na instituição em que atua, entre outras situações.

Portanto, espera-se que, a educação seja observada com um olhar diferenciado, pois esse sistema de ensino contribui para a formação de novos profissionais e com isso influencia no desenvolvimento da sociedade. Observando todos os problemas encontrados, faz-se necessário a intervenção dos órgãos responsáveis pela unidade de ensino, em solucionar ou minimizar os problemas encontrados, possibilitando a toda sociedade estudantil uma instituição com estrutura adequada de modo geral, e assim valorizando todos os profissionais.

CONCLUSÃO

Conclui-se que ao pesquisar e analisar a trajetória histórica da Escola Profª Maria Oliveira de Mendonça de ensino público, observou-se que a referida instituição de ensino fundamental tem função importantíssima para a comunidade onde está inserida, oferecendo ensino de qualidade aos educandos e sempre se regulamentando em várias legislações de apoio. Este modelo educacional de ensino é idealizado como uma política pública nacional, principalmente para incluir os jovens que fazem parte da demanda populacional menos favorecida.

O objetivo de estudo em foco nesse trabalho não é só apenas mostrar as características da escola em análise, antes disso, a principal finalidade da pesquisa foi de apresentar dados concretos do processo de implantação da Escola Profª Maria Oliveira de Mendonça. Uma pesquisa desenvolvida em etapas de estudos, dentre elas citamos principalmente análise de dados teóricos e análise de práticas. Diante dos estudos desenvolvidos e de dados analisados, pode-se findar que o ensino é dependente do governo, pois para o seu bom funcionamento não só na estrutura física como também na valorização dos profissionais, deve-se oferecer formação continuada voltada para os professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, dessa forma elevando à construção do conhecimento de ambas as partes, ou seja, tanto os educadores quanto os educandos serão beneficiados. É importante destacar que, mesmo que a instituição utilize os recursos dos programas, ainda faltaram muitos recursos e investimento na parte infraestrutura, pois com o desenvolvimento da cidade a população vem crescendo muito e a demanda de alunos tende só a aumentar a cada ano.

Portanto, para atender a grande massa de alunos de forma integral, na perspectiva de estudo, esta monografia pôs em discussão analisar como se deu a implantação da Escola Profª Maria Oliveira de Mendonça. Para entender melhor o objeto de estudo, foram realizados estudos sobre vários autores que enfatizam o tema em discussão, levando em considerações as suas necessidades nos contextos políticos, econômicos e socioculturais. O Ensino Fundamental promovido pela instituição visa não só receber novas configurações do mundo do trabalho, mas, além disso, cooperar para a elevação da escolaridade dos trabalhadores em quantos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Djalмира de Sá / **História do Município de Itaituba: Importância Econômica e Geopolítica na Amazônia Legal, na Mesorregião do Tapajós e no Estado do Pará** / Djalмира de Sá Almeida. 1º ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.
- ARRETECH, Marta. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas**. In: BID, Rio de Janeiro, nº 39, 1995, p.3-40. DRAIBE, Sonia & HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Estrutura E Funcionamento Da Educação Básica**/ Roque Spencer Maciel De Barros. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2º ed. 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Sistema Educativo Nacional do Brasil. Brasília-DF, 2000
- CURY, Carlos Roberto Jamil / **Legislação educacional brasileira** / Carlos Roberto Jamil Cury – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos e fundamentais: do discurso à prática efetiva: um olhar por meio da literatura**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2007.
- FILHO, João Cardoso Palma/ **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**: 2004.
- GALDINO, Flávio. O custo dos direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Legitimação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- LOPES, Nei. **Dicionário de Antiguidade Africana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.
- LUCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba, Editora Positivo, 2009.
- MARX, Engels. **Manifesto do partido comunista**. Porto alegre, L&PM, 2004.
- MENDONÇA, Fernando Wolff. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. Núcleo de Educação a distância: C397 **Estrutura e funcionamento da educação básica**/ Fernando Wolff Mendonça- Maringá - PR, 2012. 166 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. **Santarém - Audiência pública discute situação de escolas da rede estadual.** Assessoria de Imprensa, 2009. Disponível em <http://www.mp.pa.gov.br/not09042401.php>. Acesso 17 de julho de 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Limiar do Século XXI/** Lúcia Maria Wanderley Neves. 2.ed. – Campinas-SP 2008.

PEDROZA, Sâmia. **A evolução da educação: necessidade de uma nova gestão escolar/** Sâmia Pedroza: 2010.

PILETTI, Claudino/ Nelson Piletti. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire/** Claudio Piletti e Nelson Piletti. - 1.ed. reimpressão. - São Paulo: Contexto 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escola /**Maria Luisa Santos Ribeiro. – 2. ed. – Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil/** Otaíza de Oliveira Romanelli. - 2º ed.- Petrópolis 2003.

ROSA, Marcelo Pacheco da. **Educação de Qualidade no Brasil: um sonho possível? /** Cel Art Marcelo Pacheco da Rosa - Rio de Janeiro: ESG, 2010.

SANTOS, Clóvis Roberto. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação/** Clóvis Roberto dos Santos. 2.ed.-São Paulo: Cengage Learning 2011.

SEVERINO, Antônio José/ **EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico.** Antônio José Severino. Volume 14. São Paulo. 2000.

TEIXEIRA, Hélio Janny. **Da Administração Geral a Administração Escolar/**Janny Teixeira Hélio 1.ed- São Paulo 2003.

VASCONCELOS, Celso dos Santos, 2006, **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração/** Celso dos Santos Vasconcelos. - São Paulo: 2006:136 (Cadernos pedagógicos do Libertar; v. 1).

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio/** Sofia Lerche Vieir 2010.

YANAGUITA Adriana Inácio. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990/** Adriana Inácio Yanaguita. 2009.

www.portaleducacao.com.br/Fundamentos legais da educação: Princípios e fins da educação brasileira.



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Itaituba - FAI, intitulado "TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA PROF^a MARIA OLIVEIRA DE MENDONÇA DE ITAITUBA-PA: Visões dos professores e comunidade escolar." sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração.

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

2. QUESTIONÁRIO SOBRE O TEMA:

2.1 Quais os fatores que motivaram a implantação da Escola Prof^a Maria Oliveira de Mendonça?

2.2 Quais as contribuições que a escola analisada tem oferecido para a comunidade ao longo de sua existência?

2.3 Qual a concepção (objetivo) da escola em que atua para com a sociedade?

2.4 Qual a visão dos professores sobre a Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?

2.5 Em relação a escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça, o que você considera positivo? E negativo?

2.6 Existem projetos desenvolvidos pela escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça que beneficiam a comunidade (bairro)?

2.7 Como está o índice do IDEB da escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça? Comente.

2.8 Qual a realidade atual de atendimento as demandas da comunidade da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?

2.9 Qual a realidade atual da gestão da escola?

2.10 Comente sobre a atual configuração de horário de funcionamento oferecido a comunidade (bairro) da Escola Prof.^a Maria Oliveira de Mendonça?
